


**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**
**4ª Vara Cível**
**Processo 0808968-76.2019.8.23.0010**
**Comarca:** BOA VISTA

**Data de Autuação:** 22/03/2019 **Situação:** Público

**Classe Processual:** 7 - Procedimento Ordinário

**Assunto Principal:** 9597 - Seguro

**Data Distribuição:** 22/03/2019 **Tipo Distribuição:** Distribuição Automática

**Parte(s) do Processo**
**Tipo:** Promovente

**Nome:** RITA DE CASSIA BARBOSA MACHADO

**Data de Nascimento:** Não cadastrada **RG:** 103834 SSP/RR **CPF/CNPJ:** 383.467.102-91

**Advogado(s) da Parte**

317BRR PAULO SERGIO DE SOUZA

**Tipo:** Promovido

**Nome:** Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

**Data de Nascimento:** Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 09.248.608/0001-04

**Advogado(s) da Parte**

134307NRJ JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

22/03/2019: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL.

Data: 22/03/2019

Movimentação: JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL

Por: PAULO SERGIO DE SOUZA

Relação de arquivos da movimentação:

- Petição Inicial
- Procuração



Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317 B

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**RITA DE CASSIA BARBOSA MACHADO**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG Nº 103834 SSP/RR, inscrita no CPF sob nº 383.467.102-91, residente e domiciliada na Rua: Carmelo, nº 705, Bairro: Silvío Botelho, Cidade: Boa Vista/RR, Telefone: 99166-7400, e-mail: franciscasnascimento@hotmail.com, neste ato representada por seu advogado e procurador que esta subscreve, conforme procuração anexada à presente, com escritório profissional situado na Rua General Penha Brasil, nº 102, Centro – Boa Vista e Rua Ulisses Guimarães nº 436 Rorainópolis, onde recebe notificações que o caso requer, vêm, **respeitosamente**, à presença de Vossa Excelência, propor a presente,

### **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205, e-mail: Desconhecido, face aos seguintes fatos e fundamentos jurídicos adiante expostos.

#### **DA JUSTIÇA GRATUITA**

A Autora preenche os requisitos legais para a obtenção dos benefícios da Justiça Gratuita, nos termos das Leis nº 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei nº 7. 510/86, requerendo, portanto, sejam-lhe concedidos os aludidos benefícios, tendo em vista tratar-se de pessoa pobre.

#### **1. DOS FATOS**

A demandante, no dia **09 de agosto de 2017, por volta das 16:00h**, foi vítima de acidente de trânsito ocorrido na localidade **da Rotatória da Rua: Argentina com Rua: João Alencar no município de Boa Vista-RR**, evento este que lhe causou deformidade de caráter permanente suportada até os dias atuais.

Do acidente resultou: “**DESCRIÇÃO: Lesões Permanente.**” conforme laudo médico (doc. anexo).

Deste modo, o vindicante, ciente do seu direito ao seguro obrigatório (DPVAT), promoveu, por meio de solicitação administrativa, o pagamento da apólice a título de validade, como bem reconheceu a seguradora ao lidar provimento a indenização DPVAT, depositando-lhe a quantia de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), em 26/02/2018.

São os fatos de forma sucinta.

#### **2. DO DIREITO**

A lei que rege o seguro DPVAT é a Lei nº 6194/74 com as posteriores modificações implementadas pelas Leis nº 8441/92, nº 11.482/07 e nº 11.945/09.

A Lei nº 6.194/74, reguladora do Seguro DPVAT, após a reforma imposta pela Lei 11.482/07, limitou o quantum indenizatório referente aos danos cobertos pelo seguro em caso de morte no valor de



Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317 B

13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente em até o valor de 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e de até R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais) no caso de despesas de assistência médica e suplementar.

A citada legislação pertinente à matéria trouxe uma tabela proporcional de percentual de perda/debilidade de membros, órgãos e funções do corpo humano, classificando-os em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%.

A seguradora pagadora do sinistro não apresentou a Requerente qualquer informação quanto a negativa do seu processo, quais seriam os motivos da negativa, limitando-se somente em NEGAR seu pedido sem esclarecer tamanha crueldade.

### 3. DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PERÍCIA

Embora, via de regra, seja a produção de prova pericial a cargo do requerente, (CPC, I, art. 333), no presente caso necessário se faz o decreto de inversão do ônus da prova nos termos do artigo 6º, VIII do CDC, para fins de aferição do grau (percentual) da lesão incapacitante, vejamos:

**“Art. 6º - São direitos básicos do consumidor:**

**(...)**

**VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente,** segundo as regras ordinárias de experiências.”

Cite-se nesse sentido os seguintes julgados:

TJMS-056999) AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - APLICAÇÃO DO CDC - FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE PERITO - QUANTUM - ARBITRAMENTO - REDUÇÃO - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Tratando-se da relação de consumo, o artigo 6º, VIII, do CDC prevê a possibilidade de inversão do ônus da prova, ante a hipossuficiência do consumidor nas relações de consumo, ou até mesmo, ante a verossimilhança de suas alegações. Os honorários periciais devem ser fixados, proporcionalmente, e em atenção ao princípio da razoabilidade, observando-se os quesitos a ser respondidos e considerando, precipuamente, o local da prestação do serviço, a natureza, a complexidade da perícia, o tempo despendido pelo perito no trabalho realizado, e o grau de zelo profissional. (Agravo nº 2011.023779-7/0000-00, 4ª Turma Cível do TJMS, Rel. Josué de Oliveira, unânime, DJ 23.09.2011).

TJSP-141845) AGRAVO DE INSTRUMENTO - SEGURO DE VEÍCULO (DPVAT) - INDENIZAÇÃO - INVERSÃO DO ÔNUS



Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317 B

DA PROVA - PROVA PERICIAL - HONORÁRIOS PERICIAIS A SEREM SUPOSTOS PELA RÉ. (GN)

"A inversão do ônus da prova significa também transferir ao réu o ônus de antecipar as despesas da perícia tida por imprescindível ao julgamento da causa." Agravo de Instrumento. Seguro de veículo (DPVAT).

### 3. DO VALOR DEVIDO

A lei nº 6.197/74, com sua redação dada pela lei 11.482, de 31 de maio de 2007, impõe novos valores. Agora, destarte, as indenizações do seguro DPVAT estão atreladas aos valores estabelecidos pelo art. 8º da lei 11.482/07, que alterou o art. 3º da lei 6.194/74, fixando novo valor para indenização, por invalidez permanente, verbis:

**"Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo Seguro estabelecidos no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**

**II- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;**

Esse é o entendimento do tribunal de Santa Catarina, vejamos;

AGRAVO DE INSTRUMENTO COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. PROVA PERICIAL. APURAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ. DESNECESSIDADE. PAGAMENTO DE PARTE DO VALOR DEVIDO. A TÍTULO DE SEGURO DPVAT PELA SEGURADORA. RECONHECIMENTO IMPLÍCITO DA INVALIDEZ PERMANENTE DA VÍTIMA. RECURSO PROVIDO. (TJSC Agravo de instrumento: AI 743444 SC 2009.074344-4; Relator (a): Nelson Schaefer Martins; julgamento: 20/04/2010; Órgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Civil; publicação Agravo de Instrumento n. 2009.074344-4)

A legislação é clara no valor que deve ser pago no caso de invalidez permanente, de vítimas de acidente de trânsito, ou seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e não apenas o valor de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), que demonstra flagrante equivocada "voluntariamente ou não", a quitação realizada pela Requerida, e o consequente pagamento parcial.

Sendo assim, vislumbra-se, pois, o bastante fundamento do presente pleito de cobrança, devendo ser condenada a Ré a pagar ao Autor a diferença entre o indenizado e o devido, que corresponde a R\$ 13.162,50 (treze mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), acrescentando-se ainda 1% (um por cento) ao mês e correção monetária com base no IPCA-E, adotado pela eg. TJRR, ambos desde o dia em que houve o pagamento enganoso até o dia do efeito cumprimento da obrigação.

### 4. DOS PEDIDOS



Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317 B

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) Seja decretada a gratuidade judiciária eis que o Requerente é pobre na forma da Lei nº 1.060/50, não podendo arcar com custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento nem da sua família<sup>1</sup>, conforme declaração em anexo.
- b) Seja decretada a inversão do ônus da prova, inclusive, quando ao pagamento de eventuais honorários periciais, eis que é verossímil a alegação fática do requerente e é pobre nos termos da lei (Art. 6º, inc. VIII do CDC);

Protesta provar o alegado por todos os gêneros probatórios permitidos em direito, notadamente depoimento pessoal das partes, inquirição de testemunhas, juntada posterior novos documentos, se necessário for, perícia, todas desde logo e requeridas

- c) A total **PROCEDÊNCIA** do pleito autoral, para condenar a requerida a pagar indenização R\$ 13.162,50 (treze mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), **incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária com base no IPCA-E, adotado pelo E. TJRR, incidentes desde o ilícito praticado até o efetivo cumprimento da obrigação.**
- d) A condenação da demandada nos honorários advocatícios, não inferior a 20% do valor da condenação, e nas custas judiciais, em caso de recurso;
- e) Desde já a Requerente, com fulcro no artigo 310, VII, do CPC/2015, manifesta-se ao interesse de não haver audiência de conciliação, haja vista a Requerida Seguradora Líder não realiza acordo antes do laudo da perícia medica, sendo assim reitera pela dispensa da audiência de conciliação, ou que esta seja designada somente após a realização da perícia medica.

Dá à causa o valor de R\$ 13.162,50 (treze mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), para efeitos fiscais.

Nestes termos, pede deferimento.

Boa Vista, 22 de março de 2019.

**Paulo Sergio de Souza**

**OAB/RR 317B**

<sup>1</sup> Consoante art. 4º caput e § 1º da Lei 1.060/50, “a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família”, até prova em contrário. Assim entende a jurisprudência, uníssona (STF e STJ).





Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 317B

Dra. Paula Rafaela Palha de Souza  
OAB/RR 340B

Dr. John Emerson de Souza Camilo  
OAB/RR 1376

### PROCURAÇÃO AD JUDICIA

**OUTORGANTE: RITA DE CASSIA BARBOSA MACHADO**, brasileiro(a), estado civil: solteira, Profissão: Func. Publica, portador(a) da Cédula de Identidade CIRG 103834 SSP/RR e inscrito(a) no CPF/MF nº 383.467.102-91, residente na Rua, Carmelo, nº 705, Bairro: Dr. Silvio Botelho, CEP 69.314-537 no município de Boa Vista/RR, telefone: 99129-1884, E-mail: zanzamasullo@hotmail.com, vêm através de seu advogado in fine assinado, com escritório profissional na Rua Gal Penha Brasil 102 Centro – Boa Vista – Roraima, por este instrumento particular nomeia e constitui seus procuradores. 39166-7400

**OUTORGADOS: SOUZA & SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade civil, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 66 com escritório profissional situado na Rua General Penha Brasil 102, Bairro Centro, Boa Vista-RR, representada por seu sócio administrador **Dr. PAULO SERGIO DE SOUZA**, brasileiro, separado judicialmente, advogado, inscrito na OAB/RR sob o nº. 317B, **Dra. PAULA RAFFAELA PALHA DE SOUZA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RR sob o nº. 340B e **Dr. JOHON EMERSON DE SOUZA CAMILO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RR sob o nº. 1.376, a quem confere amplos poderes:

**PODERES ESPECIAIS:** para representá-lo no processo em Foro em Geral com a cláusula ad *judicia et extra*, ou ação que seja autor ou réu, assistente ou oponente, ou por qualquer modo interessado, podendo para isso, requerer e promover judicial ou extrajudicialmente, em qualquer causa, conforme estabelecido no artigo 105 do CPC/2015, bem como propor ações, produzir provas e seguir qualquer recurso legal, e os especiais para firmar compromissos, substabelecer, renunciar, receber intimações, desistir, recorrer, apelar, transigir, discordar, dar de suspeito a quem lhe convier, retirar e receber alvarás junto a secretaria do fórum, retirar e receber guias de retirada, receber valores e dar quitação, receber bens penhorados ou em adjudicação, enfim, tratar de seus interesses, bem como praticar todos os atos necessários para o fiel e bom cumprimento do presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso em especial para propor Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT.

Boa Vista/RR 14 de Dezembro de 2018.

*Rita de Cassia Barbosa Machado*

Outorgante

CPF/MF nº



Dr. Paulo Sérgio de Souza  
OAB/RR 3179

Dr. John Emerson de Souza Camilo  
OAB/RR 1376

Dra. Paula Rafaela Palha de Souza  
OAB/RR 3408

## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

**EU: RITA DE CASSIA BARBOSA MACHADO**, brasileiro(a), estado civil: solteira, Profissão: Func. Publica, portador(a) da Cédula de Identidade CIRG 103834 SSP/RR e inscrito(a) no CPF/MF nº 383.467.102-91, residente na Rua, Carmelo, nº 705, Bairro: Dr. Silvio Botelho, CEP 69.314-537 no município de Boa Vista/RR, telefone: 99129-1884, E-mail: zanzamasullo@hotmail.com

**DECLARO** para os devidos fins de direito e a quem interessar possa que sou pobre nos termos da lei, não tendo condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais, necessitando do abrigo da lei 1.060/50. Por ser a mais lúdima expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Boa Vista, 17 de Dezembro de 2018.

Rita de Cassia Barbosa Machado

**DECLARANTE**



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
860319341

PRIMEIRO NOME  
RITA DE CASSIA BARBOSA MACHADO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA  
103834 SSP RR

CPF  
383.467.102-91

DATA NASCIMENTO  
30/04/1971

FILIAÇÃO  
JOSE RIBAMAR VALOIS  
MACHADO  
ELIZABETH BARBOSA  
MACHADO

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
02937027860

VALIDADE  
13/03/2019

1ª HABILITAÇÃO  
24/05/2003

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
BOA VISTA - RORAIMA

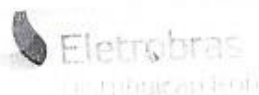
DATA DE EMISSÃO  
18/03/2014

11358125310  
RR207473820

ASSINATURA DO EMISSOR  
E. Juliana Dantas Santos  
Diretor - Presidente  
DETRAN RR

DETRAN-RR (RORAIMA)  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

PROIBIDO PLASTIFICAR  
860319341



Para contato com a  
Eletrobras, informe  
este NÚMERO

SEU CÓDIGO

0035356-6

000087066

JANEIRO/2018 06/02/2018 432 276,53

RITA DE CASSIA BARBOSA MACHADO  
R. CARMELO 705 DR. SILVIO BOTELHO  
CPF: 00038346710291  
CEP: 69.314-537 - BOA VISTA

ROT: 8.001.16.16.100900

22969	17/01/2018
22537	19/12/2017
1,000	17/02/2018
432	16/01/2018
432 FCAM	17/01/2018
NORMAL	29

RESIDENCIAL BI 13LOB02316M 1415853 1.1.1.2 425

DEZ/17	587	CONSUMO	432 A R\$ 0,567794 =	245,28
NOV/17	585	CORRECAO MONETARIA IG 12/17-00		0,17
OUT/17	529	MULTA POR ATRASO DE I 12/17-00		0,70
SET/17	463	JUROS DE MORA POR ATR 12/17-00		0,02
AGO/17	493	MULTA POR ATRASO 12/17-00		6,65
JUL/17	372	JUROS DE MORA DE IMPO 12/17-00		0,33
JUN/17	370	ILUMINACAO PUBLICA		23,38
MAI/17	323			
ABR/17	349			
MAR/17	348			
TARIFA SEM JUROS:				
0 A 432 - 0,567794				

LIGUE 08007019120 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 6 11 16 21 26  
Parabéns! Até o dia 16/01/2018, não constatamos faturas vencidas  
nessa Unidade Consumidora.

B513.8760.8785.21D2.0901.0007.D8A8.2B16

74,01	245,28
118,40	17,00%
0,00	41,69
4,93	1,10
47,94	5,15

5,43 10,86 21,73 3,61 7,22 14,45 3,11  
0,55 2,00 0,27  
DISTRITO 11/2017 111,63  
ROT: 8.001.16.16.100900

0035356-6 276,53

01/2018 06/02/2018

000087066 FCAM

83610000002 2 76530075000 5 00000000035 6 35660118008 2



SEQ.: 00257 UC: 0035356-6 DT. LETT: 17/01/2018 T. EMTD: 00



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DETRAN - RR	Nº 9759550844
CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEICULO	
VIA 01	14408072561
RITA DE CASSIA BARBOSA MACHADO	
RUA CARNELO CABE	
DR SILVIO BOTELHO Nº: 705	
BOA VISTA-RR 49314537	
383.467.102-93	NAS1029
JOSUE RIBEIRO LOURENCO	
9C2KC1550AR011425	
PAS/MOTOCICLET/NAO APLIC.	GASOLINA
HONDA/CG 150 FAN EST	2009 2010
2P/0149CC/	PARTICU VERMELHA
SEM RESERVA DE FANTASIA	
PROIB SAIR AMAZ	
Diretor - Presidente DETRAN/RR	
BOA VISTA-RR	13/08/2014



RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA POLICIAL SERIE J

013835

PMRR - BPM

Vtr	SUCp	Data	S/Setor	H/Transm	H/ini	CH/h	H/Fin
646	3º BPM	09.08.17	3º BPM	16:00	16:00	16:10	17:26
Cód. Oc	Cód. Prov	Cód. Ser. Prest.	Km/ini	Km/Fin			
1005-1003	13023		20519	20521			

LOCAL DA OCORRÊNCIA

Av/Rua: POLICIA DA RUA ARGENTINA COM RUA JOÃO ALVARO Bairro: CAUAME Ref: Posto Rodão

1 Envolvida Nome: RITA DE CÁSSIA BARBOSA MACHADO Idade: 46 E. Civil: Solteira

Endereço: RUA CARMELO Nº 705 Bairro: CAUAME Profissão: Serv. Pública

Edt. RG: 103834 SSP/RR CNH: 02937027260-AB

2 Envolvida Nome: ROSANA FELIX DA SILVA Idade: 39 E. Civil: Casada

Endereço: RUA JOÃO ALVARO Nº 72 Bairro: CAUAME Profissão: Fc. Informatica

Edt. RG: 30229642 SSP/SE CNH: 0820212254-B

3 Testemunha Nome: CHARLES LIMA DA SILVA Idade: 32 E. Civil: Casado

Endereço: BR 114 MORTE DAS OLIVEIRAS Nº 4340 Profissão: FENOMENOLÓGICA

Edt. RG: VILA PORTANA CNH: -

4 Testemunha Nome: JESSICA ADRIELLE MACHADO GRACIFICADO Idade: 20 E. Civil: Solteira

Endereço: RUA CARMELO Nº 705 Bairro: CAUAME Profissão: -

Edt. RG: 374032 CNH: -

5 Nome: - Idade: - E. Civil: -

Endereço: - Profissão: -

Edt. RG: - CNH: -

6 Nome: - Idade: - E. Civil: -

Endereço: - Profissão: -

Edt. RG: - CNH: -

ARMAS, OBJETOS, VALORES, MATERIAIS, APREENDIDOS

AVARIAS DOS VEICULOS ENVOLVIDOS CONFORME LAUDO DA PERITA DA POLICIA CIVIL.

POLICIA MILITAR - RR  
CPC-P2-P3  
CONFERE COM ORIGINAL  
DATA 23/04/18  
FC AMILSON

RECEBI CONDUZINDO(S) MATERIAL (AIS) ACIMA ANOTADOS

ASSINATURA:

Frank Peres

CARGO:

Agente

LOCAL:

3º DP

Senhor

(Sr. Delegada) DO 3º DP, INFORMO-VOS que FORMOS ACIONADOS VIA CIBR PARA ATENDER UMA OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, NO MOMENTO ACIMA CITADO, QUE NO LOCAL FOI CONSTATA DO A VERIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA. QUE OS ENVOLVIDOS E TESTEMUNHAS INFORMARAM QUE O TREM I (UM) SRA RITA GRAFECAVA COM SEU VEICULO DE PLACA MAS-1029 NA ROTATORIA DA RUA JOÃO ALVARO COM DIREÇÃO A RUA ARGENTINA E O TREM II (DOIS) SRA ROSANA GRAFECAVA COM SEU VEICULO DE PLACA PDS 5839, PELA RUA JOÃO ALVARO SENTIDO PARO BORRIMA SHOPING - SUPERMERCADO CAUAMA; E AO ADENTRAR A ROTATORIA COLIDIU COM A MOTOCICLETA DA ENVOLVIDA. QUE O SINAL FOI VERMELHO QUANTO BRANCO E PINTOU OS PNEUS E COLIDIU A MOTOCICLETA AO PONTO SUCRO. QUE A POLICIA, PERITO SACIR, REALIZOU O LAUDO TECNICO DO ACIDENTE. QUE AS DOCUMENTAÇÕES CRIVE (CIVIL) DOS ENVOLVIDOS ENCONTRAVAM-SE SEM RESERVAÇÕES, E OS VEICULOS FORAM LIBERADOS E O TREM II (TRÊS) SRA ADRIELLE, FICOU SOB A RESPONSABILIDADE DA MOTOCICLETA DA SORA. QUE O QUE TINHA A RELATAR.

ASSINATURA:

41/87-7

Selando

1º BPM

RELATOR:





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
POLÍCIA CIVIL  
3º DISTRITO POLICIAL - BOA VISTA - RR

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 028272/2017

Data/Hora Início do Registro: 10/08/2017 06:48

Origem: Data: 10/08/2017

Delegado de Polícia: Adriano Silva Severino Santos

### DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Fim: 10/08/2017 07:22

Confere com original  
Data: 23/11/2017  
Assinatura

Givanildo S. Vieira  
Agente Carcerário  
Polícia Civil  
Mat. nº 042000855

### DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: 3º Distrito Policial

Data/Hora do Fato: 09/08/2017 16:00

#### Local do Fato

Município: Boa Vista

Logradouro: RUA AGENTINA COM RUA JOÃO ALENCAR

Bairro: Cauamé

Complemento: ROTATORIA

Ponto de Referência: AUTO POSTO RODÃO  
Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)	Lei Maria da Penha
1093: Acidente de trânsito sem vítima - Outros	Não Houve	Não

### ENVOLVIDO(S)

Nome: CHARLES LIMA DA SILVA (TESTEMUNHA (AUSENTE))

Idade: 32

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Operador de Caixa

Estado Civil: Casado(a)

#### Endereço

Município: Boa Vista - RR

Logradouro: BR 174

Bairro: MONTE DAS OLIVEIRAS

Nº: 4140

Nome: ROP/PM SERIE J Nº 013835 (COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Policial Militar

Nome da Mãe: PJ

#### Endereço

Município: Boa Vista - RR

Nome: ROSANA TELES DA SILVA RG. Nº 30229642 SSP/SE (CONDUTOR)

Sexo: Feminino

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Técnico em Enfermagem

Estado Civil: Casado(a)

#### Endereço

Município: Boa Vista - RR

Logradouro: RUA JOÃO AIRES LEITÃO

Bairro: PARAVIANA

Nº: 72

Nome: JESSICA ADRIELLE MACHADO GRANJEIRO (TESTEMUNHA (AUSENTE))

Sexo: Feminino

Idade: 20

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Solteiro(a)

#### Endereço

Município: Boa Vista - RR

Logradouro: RUA CARMELO 705

Bairro: SILVIO BOTELHO

Nº: 705

DESPACHO	
<input type="checkbox"/>	ARQUIVAR (FATO ATÍPICO)
<input type="checkbox"/>	AGUARDAR NOVOS FATOS
<input type="checkbox"/>	AGUARDAR REPRESENTAÇÃO DA VÍTIMA
<input type="checkbox"/>	INTIMAR AS PARTES F/OUTRA
<input type="checkbox"/>	INTIMAR AS PARTES P/ TCO
<input type="checkbox"/>	AO S.I. PARA INVESTIGAÇÃO
<input type="checkbox"/>	REQUERER E JUNTAR OS LAUDOS
<input type="checkbox"/>	REMITER CADAL

04/10/17

08/2017

... Guia de Atendimento 02 ...

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL GERAL DE RORAIMA - PAAR / PSFE  
AV BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, 3308 - AEROPORTO



DIURNO 07-19 25

700819885	09/08/2017 15:56:03	<b>FICHA DE ATENDIMENTO</b>		TRAUMATOLOGIA		CNS	CPF	Prontuário
Paciente	RITA DE CÁSSIA BARBOSA MACHADO		Data Nascimento	Idade	898003231910333	38346710291		
Tipo Doc	Documento	Órgão Emissor	30/04/1971	46 A 3 M 9 D	Raça/Cor	Naturalidade		
CPF	38346710291		Sexo	Estado Civil	BOA VISTA - RR	SEM INFORMAÇÃO		
Mãe	ELIZABETH BARBOSA MACHADO		Data Emissão	SOLTEIRO(A)	Contato	(95) 99118-9451		
Endereço	RUA - CARMELO - 705 - DOUTOR SILVIO BOTELHO - BOA VISTA - RR		Pai	NC	Ocupação	NÃO INFORMADA		
Class. de Risco	Plano Convênio	SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE		Nº da Carteira	Validade	Autorização	Sis Prenatal	
Motivo do Atendimento	ACIDENTE DE MOTO	Caráter do Atendimento	URGÊNCIA	Profissional do Atend.	Procedência	Temp.	Peso	Pressão
Setor	GRANDE TRAUMA	Tipo de Chegada	SAMU CAPITAL	Procedimento Sol.	Registrado por: WESLEN.ROCHA			
Queixa Principal	Queda de Motos							

Anamnese de Enfermagem

Anamnese - (HORA DA CONSULTA - h)

Exame Físico

Hipótese Diagnóstica

SADT - Exames Complementares

RAIO-X ☐ ULTRA-SON ☐ TC ☐ SANGUE ☐ URINA ☐ ECG ☐ OUTROS:

PRESCRIÇÃO

1) Digerona 2g  
2) Paracetamol 1g

16-02

Condição

☐ Alta por Decisão Médica  
☐ Alta a Pedido  
☐ Alta a Revelia  
☐ Transferência para

óbito

Antes do 1º Atendimento? ☐ Sim ☐ Não Destino: ☐ Família ☐ IML Anatomia Patológica

Assinatura do Paciente ou Responsável

Impresso por: weslen.rocha  
Data Hora: 09/08/2017 15:57:08

Carimbo e Assinatura do Médico

Dr. Nair M. de Aguiar  
CRM-RR 566

Assinatura do Paciente ou Responsável

Assinatura do Paciente ou Responsável





28/02

## Carta de pendências



3180/061226

INVALIDEZ

RITA DE CASSIA BRABOSA MACHADO

COMUNICADO IMPORTANTE

### Descrição

Sinistro enviado para pagamento

### Pendência(s)

- Processos aguardando pagamento  
Parecer da Perícia Médica enviado por ANDERSON ANISIO (AVC PERÍCIAS MÉDICAS LTDA), confor  
processo. Data da perícia: 26/02/2018 Valor a pagar: R\$ 337,50 21/02/2018 11:50 Agendar perícia

### Nome do responsável

JOÃO VITOR BRAGA COELHO

22/03/2019: DISTRIBUÍDO POR SORTEIO.

Data: 22/03/2019

Movimentação: DISTRIBUÍDO POR SORTEIO

Complemento: 4ª Vara Cível

Por: SISTEMA CNJ

22/03/2019: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR.

Data: 22/03/2019

Movimentação: REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR

Complemento: Registro de Distribuição

Por: SISTEMA CNJ

22/03/2019: RECEBIDOS OS AUTOS.

Data: 22/03/2019

Movimentação: RECEBIDOS OS AUTOS

Por: SISTEMA CNJ

Data: 22/03/2019

Movimentação: CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL

Por: SISTEMA CNJ

Data: 25/03/2019

Movimentação: CONCEDIDO O PEDIDO

Por: JARBAS LACERDA DE MIRANDA

Relação de arquivos da movimentação:

- Despacho





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA  
COMARCA DE BOA VISTA  
4ª VARA CÍVEL - PROJUDI

DO CENTRO CÍVICO, 666 - , - Fórum Adv. Sobral Pinto - 2º andar - Centro - BOA VISTA/RR - CEP:  
69.301-380 - Fone: (95) 3198-4717 - E-mail: 4vcivelresidual@tjrr.jus.br

<b>Processo: 0808968-76.2019.8.23.0010</b>
Classe Processual: Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Seguro
Valor da Causa: : R\$13.162,50
<b>Autor(s)</b> RITA DE CASSIA BARBOSA MACHADO Rua Carmelo, 705 - Doutor Sílvio Botelho - BOA VISTA/RR - CEP: 69.314-537
<b>Réu(s)</b> Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Rua Senador Dantas, 74 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.031-205

**DECISÃO INICIAL**

(CPC: Art. 203, §2º)

01. Não há pedido de tutela de urgência ou de evidência.

02. Renovando meu entendimento anterior, com base nos princípios da duração razoável do processo, celeridade processual e instrumentalidade das formas, hei por bem determinar a citação *on line* da parte Requerida, sem a designação de audiência de conciliação, conforme prescreve o artigo 334, § 4º, do Código de Processo Civil, ficando o réu ciente de que não apresentando defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias, por intermédio de advogado(s), presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se o contrário resultar da prova dos autos.

03. Essa medida se faz importante, diante do crescente número de processos nesta Vara, bem como para não inviabilizar a pauta de audiência deste juízo, além de que se torna mais econômico e viável a realização de audiência somente em casos de necessidade de produção de prova testemunhal. O que, nesse momento processual, ao meu entendimento, não restou configurado, mais futuramente poderá ser analisado por este juízo prováveis requerimentos dessa modalidade de prova judicial.

04. Em caso da parte Requerida ter apresentado resposta, comparecendo espontaneamente ao processo, nos termos do § 1º do Artigo 239 do Código de Processo Civil, considero válida a citação inicial da parte. Precedente: “A finalidade da citação é dar conhecimento ao réu da existência de ação contra ele ajuizada, portanto o comparecimento espontâneo de pessoa legalmente habilitada remedeia qualquer possível irregularidade na citação, afastando sua nulidade” (STJ, REsp 671.755/RS, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, jul. 06.03.2007, DJ 20.03.2007, p. 259).

05. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo

Civil.

06. Constatado que o caso em tela trata-se de relação de consumo, e está presente o requisito da hipossuficiência do consumidor, assim, inverte o ônus da prova (CDC: inciso VIII, art. 6º).

07. Eventual requerimento da parte para realização de exame pericial deverá constar expressamente da peça processual, sob pena de ser entendido desinteresse da parte na realização desta espécie de prova, prosseguindo-se o processo em seus ulteriores termos.

08. Nesse aspecto, neste momento processual já nomeio como perito(s)-médico(s) deste juízo o **Dr. Fernando Bernardo de Oliveira**, devendo o(a) senhor(a) Escrivão(a) no momento processual adequado marcar o exame pericial da parte autora de acordo com o cronograma de disponibilidade fornecido pelo mencionado profissional, conforme comunicação dirigida a este juízo, no endereço ali indicado.

09. Ressalvado meu entendimento pessoal sobre o tema, entretanto considerando as recentes decisões adotadas pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, em nome do princípio da duração razoável do processo, hei por bem seguir aquele entendimento e, via de consequência, arbitrar os honorários do(a) senhor(a) perito(a) judicial em **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**.

10. Assim, nos termos do § 1º, do Artigo 95 do Código de Processo Civil, determino o recolhimento prévio do respectivo valor em Cartório, dentro do prazo da contestação e respostas - 15 (quinze) dias, pela parte Requerida (**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**), mediante guia própria, no site do TJ-RR, dando ciência ao(à) senhor(a) perito(a) judicial do depósito e para o início do exame.

11. Com a finalização do exame, com a entrega do laudo em juízo, independentemente de nova decisão judicial, autorizo o levantamento da quantia pelo(a) senhor(a) perito(a) judicial. Caso não seja recolhida a importância, no prazo fixado acima, será considerada falta de interesse da parte na realização dessa prova, seguindo-se o processo em seus demais atos processuais.

12. Em caso de necessidade de exames complementares (Raio-X, Tomografia computadorizada, etc.), deverá o(a) Senhor(a) Perito(a) Judicial comunicar este juízo para intimação da parte para complementar o valor do exame médico-pericial, em nova decisão.

13. Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do laudo pericial, nos termos do Artigo 465 do Código de Processo Civil.

14. Deverá ainda o(a) Senhor(a) Escrivão(ã) providenciar o acesso aos documentos necessários ao(à) Senhor(a) Perito(a), via Sistema Virtual do PROJUDI, para o exame pericial e/ou fotocópias das principais peças processuais (se for o caso), essas últimas às expensas das partes.

15. Com a apresentação do laudo, deverá o(a) Senhor(a) Escrivão(ã) Judicial intimar as partes, via sistema PROJUDI, conforme disposto no parágrafo único do Artigo 433 do Código de Processo Civil.

16. Intimem-se as partes para, querendo, no prazo legal, contados da intimação desta decisão, indicar assistente técnico e apresentar seus quesitos, conforme faculdade do § 4º do Artigo 477 do Código de Processo Civil.

17. Nesse mesmo prazo, fica a parte intimada do dever de comparecimento ao local e horário indicado, ficando ainda à disposição do(a) Senhor(a) Perito(a) Judicial, pelo prazo necessário e suficiente para a realização da perícia técnica. (O(a) Senhor(a) Perito(a) Judicial deverá previamente indicar a este Juízo o local, horário ou outra forma de agendamento, através do Cartório, independente de nova decisão).

18. Nos termos do Artigo 474 do Código de Processo Civil, determino ao(à) Sr.(a) Escrivão(ã) que dê



ciência às partes, via intimação pelo sistema PROJUDI aos seus respectivos advogados cadastrados, da data e local indicado pelo Senhor Perito para ter início à produção da prova pericial a entrega do laudo pericial, intinem-se as partes para ciência, com prazo de 05 (cinco) dias.

19. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se, com as cautelas de estilo.

Boa Vista/RR, data constante do sistema Projudi.

**Jarbas Lacerda de Miranda**  
*Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível*  
(Assinado digitalmente)



25/03/2019: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO.

Data: 25/03/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Complemento: Para advogados/curador/defensor de RITA DE CASSIA BARBOSA MACHADO  
com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (25/03/2019)

Por: VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA

Data: 25/03/2019

Movimentação: EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO ONLINE

Complemento: Para Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis

Por: VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA

Relação de arquivos da movimentação:

- MANDADO DE CITAÇÃO



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**  
**COMARCA DE BOA VISTA**  
**4ª VARA CÍVEL - PROJUDI**  
**DO CENTRO CÍVICO, 666 - , - Fórum Adv. Sobral Pinto - 2º andar - Centro -**  
**BOA VISTA/RR - CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4717 - E-mail:**  
**4vcivelresidual@tjrr.jus.br**

**MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO**  
**ONLINE**

<b>Processo: 0808968-76.2019.8.23.0010</b>
Classe Processual: Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Seguro
Valor da Causa: : R\$13.162,50
<b>Autor(s)</b> RITA DE CASSIA BARBOSA MACHADO Rua Carmelo, 705 - Doutor Sílvio Botelho - BOA VISTA/RR - CEP: 69.314-537
<b>Réu(s)</b> Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Rua Senador Dantas, 74 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.031-205
<b>PESSOA A SER CITADA/INTIMADA:</b>
<b>Réu(s)</b> <b>Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A</b> Rua Senador Dantas, 74 5º andar - Centro - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20.031-205

Por ordem do MM. Juiz(a) JARBAS LACERDA DE MIRANDA, Titular da 4ª Vara Cível desta Comarca, em cumprimento a este, fica a parte promovida, **CITADA ELETRONICAMENTE** para tomar conhecimento da ação acima mencionada, para no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências do Artigo 341 do Código de Processo Civil, desde que o faça por intermédio de Advogado (obs. importante: se for o caso, poderá ser nomeado Defensor gratuitamente à parte, se procurar o Juízo imediatamente após a citação e comprovar a necessidade). Consigne-se no mandado que, não sendo contestada(s) a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(s) autor(es) na inicial, salvo se o contrário resultar da prova dos autos (CPC, arts. 344e 345). Ficando o(s) réu(s) ciente(s) de que, não apresentando resposta(s) e, se for o caso, não se representando por preposto com poderes para transigir (CPC, art. 334, *in fine*), ou não se defendendo, inclusive por não ter advogado.

BOA VISTA, 25/3/2019.

**ALDENEIDE NUNES DE SOUSA**  
Diretor(a) de Secretaria, por ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito  
JARBAS LACERDA DE MIRANDA

OBSERVAÇÃO: 1 - Este processo tramita através do sistema CNJ (PROJUDI), cujo endereço na web é <https://projudi.tjrr.jus.br/projudi/>. Para juntar documentos aos autos (procurações, cartas de preposição, contestações, etc.), limite os arquivos ao máximo de 3MB cada, estando devidamente habilitado para acessar ao sistema.



26/03/2019: LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA.

Data: 26/03/2019

Movimentação: LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA

Complemento: Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A em 26/03/2019 referente ao evento de expedição seq. 8.

Por: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

27/03/2019: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA.

Data: 27/03/2019

Movimentação: LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

Complemento: (Pelo advogado/curador/defensor de RITA DE CASSIA BARBOSA MACHADO) em 27/03/2019 com prazo de 15 dias úteis \*Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (25/03/2019) e ao evento de expedição seq. 7.

Por: PAULO SERGIO DE SOUZA